

PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL EM EDUCAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR E PARA O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS

**Proteção de vulneráveis, justiça e direitos humanos - o
papel e a(des) valorização do terceiro setor na construção
da cidadania**

*Giovane Silveira da Silva
Maíra Ribeiro de Rezende*

GIOVANE SILVEIRA DA SILVA
MAÍRA RIBEIRO DE REZENDE

PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL EM EDUCAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR E PARA O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS

**Proteção de vulneráveis, justiça e direitos humanos - o
papel e a(des) valorização do terceiro setor na construção
da cidadania**

Projeto de inserção social apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direito no nível Mestrado, da Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM -, na área de concentração Constitucionalismo e Democracia, como parte da exigência para a conclusão do mestrado em Direito.

Prof. Orientador: Dr. Edson Vieira da Silva Filho

SUMÁRIO

1. Resumo	1
2. Introdução	1
3. Problema	3
4. Marco teórico	4
5. Hipóteses	7
6. Objetivos	7
7. Metodologia	8
8. Recursos e materiais	9
9. Relatório	9
9.1. Capacitação da comunidade para reconhecimento do Terceiro Setor e apoio à comunidade	10
9.2. Visibilidade institucional, por meio das redes sociais	13
9.3. Arrecadação de materiais	14
10. Considerações finais	18
11. Bibliografia	18

RESUMO

A educação para os Direitos Humanos consiste na formação de uma cultura que respeita a dignidade humana por meio do reconhecimento e da vivência valorativa dos direitos fundamentais – previstos na Carta Constitucional – e das garantias expressas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Nessa perspectiva, valores como igualdade, liberdade, justiça social, solidariedade, justiça social e cooperação encontram-se na base axiológica de ambos os documentos, com vistas à mudança cultural capaz de superar diversos estigmas sociais, como preconceito, ciclo de pobreza e a consequente violação de diversos direitos. Nesse sentido, algumas das instituições que carregam essa marca são as Organizações do Terceiro Setor (ONGs), pouco reconhecidas e valorizadas na sociedade contemporânea e ainda criticadas como fonte única de corrupção. Por isso, devido ao baixo apoio governamental e ao pouco reconhecimento social, além das dificuldades operacionais de visibilização, o objetivo deste projeto de intervenção sociocultural consiste em oferecer suporte voltado ao reconhecimento de uma instituição social que atende crianças em situação de vulnerabilidade – localizada na cidade de Campo Belo, MG – e promove ações em educação. Intitulada “Centro de Educação Infantil Pedacinho do Céu”, a organização do terceiro setor é carente de diversos serviços básicos, como um página oficial e posts que divulguem o trabalho realizado e materiais para subsistência do setor, dificultando, assim, a captação de recursos e o reconhecimento perante a sociedade. Desse modo, espera-se que tal trabalho possa contribuir para que a instituição - promotora dos direitos humanos – tenha condições mais favoráveis de proteger os vulneráveis e alcançar a justiça social.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Educação para os direitos humanos. Proteção e vulnerabilidades.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com os estudos de Paulo Freire, a alfabetização leitora atua como preponderante na formação da cidadania. É nesse interim que foi fundado o “*Centro de Educação Infantil Pedacinhodo Céu*” na cidade de Campo Belo que, hoje com mais de 50 anos de atuação, exerce um serviço de educação integral, complementado com um serviço de assistência social para famílias de baixa renda, como forma de aumentar o número de vagas na educação infantil na cidade, visto à superlotação das creches municipais. Por isso, o presente projeto se funda em três premissas basilares: educação infantil – família – sociedade civil, a fim de conferir visibilidade à instituição que exerce um papel tão significativo, mas que tem pouco apoio da comunidade.

Considerando os princípios orientadores da Constituição da República Federativa do Brasil e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tal trabalho se mostra relevante, inicialmente, pela forma de abordagem. Em primeiro lugar, a educação infantil é basilar por ser a primeira etapa da educação básica, sendo de suma importância na formação do indivíduo. Segundo Morin (2001), partindo-se de uma formação integral da criança desde a primeira

infância, o indivíduo pode desenvolver capacidade de compreensão quanto a sua condição humana e suas dimensões, para que seja possível contribuir para a formação de indivíduos críticos e reflexivos, capazes de entender a globalidade e, principalmente, a si próprios e, depois, ao outro. É nesse sentido que se mostra a importância da criação e principalmente da continuação da atuação do Centro de Educação Infantil Padacinho do Céu, assim como as demais instituições de terceiro setor de todo o país.

Em um segundo momento, ressalta-se a importância da interação, seja ela da instituição com a família da criança, e/ou a instituição com a sociedade civil. A ligação dos profissionais da educação com as famílias, tendo em vista que a criança pensa sobre o mundo e atribui sentido ao que lhe é oferecido, sem passar intacta ao que lhe oferecem na instituição de educação infantil, faz com que essa conexão direta com as famílias ajude tanto na formação educacional e social quanto no desempenho infantil. Esse contato da criança as auxilia na construção de sua cultura. Do mesmo modo, as experiências que vivencia nessa fase as levam a reconhecer-se na humanidade e a reconhecer a diversidade cultural ao seu redor. Morin (2001, p.51) afirma que:

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, dos fazeres, das regras, das normas, das proibições, das estratégias, das crenças, das ideias, dos valores, dos mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social.

Nessa linha, entende-se pela realização de projetos como rodas de conversa dos mais variados temas sociais, como forma de ajudar no desempenho familiar. Por meio da interação com a sociedade civil, busca-se parcerias para o desenvolvimento de novos projetos que visem beneficiar na formação dessas crianças, seja por meio de recursos financeiros, doações de brinquedos e livros, e até mesmos projetos sociais educacionais que visam acrescentar na formação educacional.

Em terceiro lugar, no que se refere ao contato com a sociedade civil, sabe-se claramente que as tecnologias digitais vêm se apresentando com bastante relevância no contexto atual de ensino/aprendizagem e contribuindo de forma significativa, para novas condições de percepção e compreensão dos diversos textos existentes na sociedade. Tendo em vista a importância que a divulgação nos meios sociais exerce nos dias atuais, a instituição vem sofrendo com a ausência dessa presença nas redes, sem recursos financeiros para tanto, os próprios funcionários tentaram criar um página na internet a qual restou sem sucesso, visto que não conseguiram manter a frequência nas postagens, além do mais necessitavam que esse trabalho fosse exercido pelos próprios funcionários de forma voluntária, no entanto, nem todos possuíam tempo e recursos

tecnológicos para isso.

Nesse contexto, tomando por base as práticas político-cidadãs frente à sociedade atual, a linguagem digital possui um amplo alcance e, por isso, precisa ser estimulada, até e principalmente nas organizações. Assim, por meio das redes sociais, pretende-se fortalecer essa integração, sendo um meio de divulgar o mais longe possível a história da instituição, a forma como é administrada e os benefícios que ela gera em todos os âmbitos sociais. De igual forma, vê-se nessa proposta de trabalho transdisciplinar uma oportunidade de engajamento social. Nessa circunstância, promove-se a construção identitária e a transmissão desse conhecimento por meio de uma identificação social com a causa, evidenciando o papel dessas instituições no seio social.

2. PROBLEMA

Tendo em vista que o “terceiro setor” seria a alternativa encontrada para mediar e tentar suprimir a lacuna existente entre o primeiro (Estado) e o segundo setor (esfera privada), o objetivo do terceiro se encontra, supostamente, acima da sagacidade do setor privado e da incompetência e ineficiência do Estado. Tratando então desse fenômeno, em que se diminui a atuação do Estado e aumenta a da sociedade civil, tais organizações atuam prioritariamente como forma de dirimir os reflexos provenientes do modelo capitalista.

Como problema central do presente projeto, deparamo-nos com a desvalorização do terceiro setor, uma vez que esse se encontra esquecido pela sociedade civil como um todo, já que a falta de informação e de divulgação das ações praticadas dentro dessas instituições faz com que aumente ainda mais essa distância entre ambos, fato esse que gera um déficit na atuação dessas organizações, uma vez que o terceiro setor depende, também, de doações e integração com a sociedade civil.

Isto posto, revela-se a importância do presente projeto a partir da análise dos reflexos que a educação primária tem na formação da cidadania. Sendo assim, essas instituições são criadas propriamente para sanar – ao menos tentar – alguma deficiência na esfera organizacional da sociedade. No presente caso, a instituição “Lar Pedacinho do Céu” foi criada com intuito de ser uma creche em tempo integral para as famílias de baixa renda, tendo em vista a dificuldade em se conseguir vagas nas creches municipais na cidade de Campo Belo - MG.

3. MARCO TEÓRICO

O marco teórico utilizado no presente trabalho se delimita em questões relacionadas à ideia de Constitucionalismo, uma vez que trata dos direitos sociais de cada indivíduo, como educação, mais precisamente. Assim, utilizou-se autores que trabalham valores e ideais democráticos, os quais abrangem as questões das participações da sociedade em geral, integrada e sendo aplicada à instituição, assim como a necessidade de uma maior inclusão dessas organizações como forma de garantia de direitos. Sendo assim, foram utilizados autores como Habermas (2007), Morin (2001); Potyara Amazoneida Pereira (2002), Bittar (2003), Albuquerque (2006); Candau (2006); Drucker (1999); Hudson (2004); Morin (2005); Piovesan (2007), como forma de fundamentar e embasar de forma teórica as ações que serão realizadas como forma de auxiliar a instituição “*Pedacinho do céu*” localizada na cidade de Campo Belo-MG.

Em sociedade, o direito está entrelaçado com o compromisso de realização da justiça. Nesse sentido, nada há de mais convergente entre a formação social, humanista, crítica e reflexivado que a preocupação de olhar para a realização efetiva de dimensões do justo no convívio social (BITTAR, p. 22). Vale destacar, segundo Pereira (2002), a questão social que eclodiu no século XIX com a Revolução Industrial nos países europeus conferiu um fato ameaçador à ordem e às instituições liberal-burguesas. Nesse contexto, nasce o Estado Capitalista regulador, ou seja, o Estado de Bem-Estar Social. Nesse sentido, Habermas (2007) dispõe que:

Numa sociedade capitalista, as injustiças sociais têm de ser superadas; numa sociedade de risco, ameaças coletivas têm de ser afastadas e numa sociedade pluralista é necessário instaurar direitos iguais de formas de vida culturais. Nas diferenças de *status*, geradas de modo capitalista, nos riscos provocados pela ciência e pela técnica e nas tensões do pluralismo cultural e das visões de mundo, o Estado enfrenta desafios que não se adaptam, sem mais nem menos, aos meios da política e do direito. Ele não pode, no entanto, fugir à sua responsabilidade política. (p.366-367)

Tendo em vista as desigualdades socioeconômicas que o sistema capitalista foi gerando, houve a necessidade de desenvolver políticas públicas como uma forma de tentar dirimir essas desigualdades. O Estado capitalista regulador e intervencionista submergiu coma gestão e o financiamento do seguro social e de atividades afins, ou seja, com o aumento da proteção social na expectativa do direito (PEREIRA, 2002). Diante das ideias de Estado apresentadas, é perceptível que elas se intercalam com o ideal de democracia, formando um todo autocentrado

e suficientemente disposto para o debate sobre a conveniência do modelo de um *Estado Social e Democrático de Direito*, ou seja, de um Estado no qual o direito seja visto como fonte de transformação e emancipação social.

Isto posto, entende-se que políticas sociais revelam o empenho de uma sociedade em afirmar um patamar de civilidade:

A constituição da esfera pública é parte integrante do processo de democratização da vida social, pela via do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, de forma a inscrever os interesses das maiorias nos processos de decisão política. É um movimento que pretende conferir níveis crescentes de participação no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, no sentido da criação de uma nova ordem democrática valorizadora da universalização dos direitos de cidadania. Os caminhos de formação dessa esfera comum são construídos pelo discurso e pela ação dos sujeitos sociais que, estabelecendo uma interlocução pública, possam deliberar em conjunto as questões que dizem respeito a um destino coletivo (RAICHELIS, 1998, p. 78).

O plano de intervenção em Direitos Humanos – englobando a proteção ao terceiro setor - consiste na arquitetura de um conjunto de ações que objetiva construir uma educação voltada à promoção e ao respeito aos direitos humanos, partindo sempre da realidade local. Nesse sentido, tais ações são articuladas e pensadas de forma a sensibilizar a comunidade local a conhecer o que se caracteriza a luta em defesa dos direitos humanos e qual o impacto que a ausência de tais direitos representa nas nossas vidas, especialmente quando se banaliza o próprio conceito.

Nessa perspectiva, os direitos humanos são garantias fundamentais inerentes a qualquer ser humano, independentemente de cor, raça, etnia, nacionalidade, idioma, religião, cultura, condição de saúde física e mental, opinião política, etc. Assim, conforme as Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos, de 2007, educar em direitos humanos não é apenas definir o que são direitos e garantias fundamentais e tomar ciência das diversas situações contextualizadas de violação de direitos, mas fazê-las evidentes. Isso porque a dignidade da pessoa humana não deve ser algo racionalizado apenas, mas percebido e sentido nas mais diversas esferas sociais, atribuindo visibilidade e construindo o sentimento de empatia.

À vista disso, de acordo com o que preconiza o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a educação em direitos humanos se afirma como um projeto social voltado aos princípios de cidadania, democracia e justiça social. Assim, deve-se, por meio de mecanismos eficientemente didáticos que despertem o altruísmo no próprio sujeito que exercerá a colaboração, investir na empatia, na cooperação e na solidariedade social frente às diferenças existentes. Desse modo, a possibilidade de se educar em direitos humanos ainda é uma direção

oportuna e de grande importância já que se trata de capacitação em exercer não só direitos, mas também de identificar deveres na sociedade.

Nesse sentido, o Terceiro Setor – que é caracterizado como organização sem fins lucrativos – padece de uma série de elementos infraestruturais que poderiam contribuir para a efetiva promoção da caridade e da filantropia, além do histórico descrédito social. Por isso, educar para os direitos humanos envolve também o reconhecimento do papel dessas instituições no combate à vulnerabilidade social, promovendo a justiça e oferecendo suporte aos direitos humanos. Desse modo, reconhecer o papel é também educar para o terceiro setor, de forma que tais organizações possam ganhar mais visibilidade social e, assim, obter recursos para atuar em nível ainda maior de excelência.

De acordo com Pierre Bourdieu, a educação se dá de forma imensurável, tendo em vista que por meio dessa “é propiciado ao indivíduo um corpo comum de categorias de pensamento que tornam possível a comunicação” (BOURDIEU, 2005, P. 205), comunicação essa que permite a boa convivência em sociedade. Para isso, é preciso percorrer um processo sistemático e multidimensional que conduza formação do indivíduo frente aos seus direitos e deveres. Morin (2011, p. 44) afirma que:

Disso decorre que, para a educação do futuro, é necessário promover grande rememoração dos conhecimentos oriundos das ciências naturais, a fim de situar a condição humana no mundo, dos conhecimentos derivados das ciências humanas para colocar em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humanas, bem como integrar (na educação do futuro) a contribuição inestimável das humanidades, não somente a filosofia e a história, mas também a literatura, a poesia, as artes [...]

Por isso, deve-se abordar um conhecimento histórico, a construção e a relação em âmbito nacional e internacional dos direitos humanos; as diversas formas de expressão cultural presente na sociedade; estimular a formação ética e política de modo que se consiga ter uma consciência cidadã; desenvolver métodos participativos por meio de debates e materiais contextualizados a fim de potencializar, posteriormente, na própria individualidade, ações em prol da proteção e defesa dos direitos humanos e a busca da reparação de direitos violados via terceiro setor.

O processo educativo no campo dos Direitos Humanos – o que a nível de recorte inclui a proteção ao terceiro setor - envolve diferentes etapas e níveis de aprofundamento: a sensibilização dos sujeitos envolvidos, a proximidade com o contexto institucional, o conhecimento da problemática dos direitos humanos no contexto escolar e comunitário e a leitura

crítica da realidade e sua articulação com os direitos humanos. Além disso, relaciona-se também à problematização das questões sociais que contribuem para violar a dignidade da pessoa humana, a fundamentação teórico- metodológica para compreender de que modo os direitos humanos são importantes para a consolidação de uma cultura democrática, a construção coletiva de ações culturais e educativas que respondam às demandas sociais, o processo de avaliação e acompanhamento sistemático.

Por fim, a importância da formação de instituições de terceiro setor locais como forma de buscar sanar as deficiências locais, ressaltando, justamente, o aspecto do contexto específico, para Paulo Freire “Na medida em que o homem, integrado em seu contexto, reflete sobre este contexto esse compromete, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito. Esta idéia-força pode ser separada em duas afirmações” a formação educacional infantil proporcionada pela instituição agrega nas mais diferentes formas, desde na formação de indivíduos, assim como de toda uma sociedade.

4. HIPÓTESES

- I) *Divulgação adequada das atividades desenvolvidas, com finalidade de interação com a comunidade, no intuito de criar novas redes de parcerias;*
- II) *Buscar a interação da instituição com a rede familiar como forma de melhorar a qualidade de vida desses e melhorar o aprendizado dessas crianças;*
- III) *Possibilitar acesso aos conteúdos educacionais, legais, e interacionais para todos os envolvidos.*

5. OBJETIVOS

Diante de uma realidade cada vez mais dualizada, e de uma televisão popularmente dominada por canais com conteúdo de pouca profundidade teórica e reflexiva, fundamentado em banalidades e leituras superficiais, o projeto de intervenção surge como uma singular oportunidade de se otimizar uma experiência enriquecedora: a de conferir publicidade às instituições relevantes no país. Além disso, o presente projeto busca facilitar as conexões entre a instituição, família e sociedade, como forma de promover o desenvolvimento da esfera pública, por meio de sua estrutura administrativa, com um corpo especializado. Nesse cenário, a fim de aproveitar a riqueza de horizontes, além de realçar a possibilidade múltipla de enfoques, o **objetivo geral** desse projeto visa promover um olhar diferenciado sobre as instituições do terceiro setor, desenvolvendo diversas ações para valorizar esse tipo de atividade desenvolvido

em todo mundo.

De forma mais específica, pretende-se: i) *montar uma rede de trabalho com a instituição, definindo tarefas e papéis*; ii) *buscar parceiros para fotografias profissionais e criação de logomarca institucional*; iii) *criar posts e páginas na internet*; iv) *levantar parcerias para revitalização do espaço, como biblioteca*; v) *arrecadar livros e materiais educativos*; vi) *investirem palestras que possam envolver a comunidade escolar, os pais e a sociedade no entorno para o reconhecimento da importância da instituição e do apoio à proteção aos vulneráveis*. Desse modo, a finalidade é abordar questões práticas, sensibilizando a comunidade escolar para percebê-la como agente potencializador e dinamizador na construção da cidadania. De igual modo, pretende-se fortalecer a noção de cooperativismo, do sentimento de justiça social da promoção e respeito aos Direitos Humanos, mobilizando aos poucos toda a comunidade escolar.

6. METODOLOGIA

A educação em Direitos Humanos requer um olhar voltado para metodologias ativas e dinâmicas que visem promover a participação e interação da comunidade educacional, por meio de *atividades lúdicas e práticas*. Por isso, o auxílio à Instituição Educacional “Pedacinho do Céu” se dará inicialmente por meio de uma capacitação dos voluntários da organização para que possam refletir sobre suas necessidades e dificuldades, e buscar meios de tentar solucioná-las. Na abordagem do auxílio que eles precisam, será priorizada a metodologia ativa, por meio da construção de uma leitura crítica de diversas imagens e mídias, por meio de questões para debates, previamente selecionadas. Com isso, a sensibilidade trazida por esse tipo de abordagem propiciará não somente a identificação do problema, mas as formas de solucioná-lo.

Em um segundo momento, na etapa de capacitação da comunidade escolar, pretende-se valer da abordagem da história coletiva para a história individual, promovendo, assim, a sensibilização por meio de estudo de casos, embora cinematográficos, na sociedade, que retratem ou sirvam para ilustrar a grande realidade de muitos brasileiros, que, em condição de vulnerabilidade social, optam por viver sob a clandestinidade ou ainda sob a marginalidade. Além disso, a abordagem contará com palestras, rodas de conversa e imersões comunitárias.

Por fim, na etapa de arrecadação, pretende-se mobilizar a sociedade, por meio de campanhas nas redes sociais da instituição e do grupo de apoio, para buscar recursos e doações. Além disso, as parcerias são uma forma de aproximar a sociedade de um projeto que contribuirá com a própria sociedade e com o desenvolvimento de diversas famílias que precisam da

organização para o próprio sustento, uma vez que elas deixam o filho para irem ao trabalho.

7. RECURSOS E MATERIAIS

Do ponto de vista prático, para o desenrolar do projeto, há a necessidade de uma equipe multidisciplinar, formada a partir de profissionais da Fotografia, da Tecnologia, do Direito, das Letras e de parceiros patrocinadores, a fim de articular toda a dinâmica das ações de participar das discussões e dos eventos que, por ventura, surgirem ao longo do processo. Além disso, a princípio, há a necessidade da participação direta dos agentes educacionais da organização para que a equipe possa ter contato com a realidade e com a demanda mais direta da instituição.

Não obstante, é preciso que a equipe desenvolva parcerias com o poder público, com as famílias e com a própria sociedade civil organizada para contribuir com o projeto a partir de questões infraestruturais e experienciais, respectivamente. Para as palestras e capacitações, o local demandará também um espaço com retroprojetor, computador e internet, além de um espaço com poltronas ou outra configuração.

8. RELATÓRIO

Inicialmente, no dia 14/06/2023, foi feita a primeira reunião para que o grupo pudesse tratar com as representantes da *Instituição Educacional Pedacinho do Céu* acerca da estruturação do projeto de intervenção social. Na oportunidade, foi feita a apresentação formal dos participantes e discutido o plano de ação para fortalecer os laços referenciais entre a comunidade e o centro de apoio social. Foi pensado em ações que pudessem dar visibilidade e impactar de forma positiva a vida de toda a comunidade escolar, considerando os pais, alunos e profissionais.

A instituição Pedacinho do Céu oferece suporte e representa um guia para muitas famílias em situação de vulnerabilidade social, de forma que é oferecido a essas famílias, em síntese, atividades para crianças em situação precária. O trabalho feito pelas funcionárias é de extrema relevância e a organização é liderada com dedicação e profissionalismo por meio de seus representantes. Neste primeiro momento, durante o encontro, as representantes Roseli e Geisiele apresentaram as necessidades e desafios que compõem a rotina da instituição, tentando dar uma particularidade ao que o grupo conseguia realizar. Além disso, foram apresentadas projeções para o futuro, a



partir de visões e desejos do espaço de visibilidade que a instituição quer alcançar. Com base nessas informações, o grupo esboçou um plano de trabalho baseado em três-pontos: i) *capacitação da comunidade escolar para reconhecimento do Terceiro Setor*; ii) *Visibilidade institucional, por meio das redes sociais*; iii) *Arrecadação de materiais*.

A capacitação da comunidade escolar envolveu o reconhecimento da importância da instituição e também a realização de treinamentos sobre assuntos que envolvem a família-escola, a exemplo de violência doméstica e infantil. O segundo momento, tratando da visibilidade institucional, passou pela produção de arte da campanha de arrecadação de livros e o estabelecimento de parcerias para restaurar a página social da organização. Já o terceiro momento, foi a produção de uma campanha de arrecadação de livros para o dia das crianças, a fim de equipar mais o espaço e fazer com que as crianças tenham mais possibilidades de leitura.



1) Capacitação da comunidade para reconhecimento do Terceiro Setor e apoio à comunidade (Realização de evento): Integração família, escola e sociedade.

A fim de capacitar e envolver a comunidade no reconhecimento do Terceiro Setor, foi organizado um evento de capacitação junto à Instituição para promover o engajamento e levar a comunidade até o local, de forma que passasse a reconhecer também a valorização do espaço. A ideia foi promover também o entendimento, o reconhecimento e o cuidado com a relevância do ambiente, não deixando de considerar, sobretudo, a temática que envolve a comunidade escolar. O evento contou com profissionais importantes, como advogados, defensora pública, gestores institucionais, além de mestrandos e mães dos alunos.

Na oportunidade, dia 17 de agosto no período noturno, foram tratados assuntos em comemoração ao mês Agosto Lilás – prevenção à violência doméstica (crianças e mulheres) e assuntos de direito de família. O mês Agosto-Lilás é um momento relevante dedicado à conscientização social sobre a importância do combate à violência doméstica, que não se restringe apenas a agressões físicas, mas a toda e qualquer condição que viole as vítimas, a exemplo de apelo emocional, abuso psicológico ou econômico. Esse quadro lastimável afeta não apenas as mulheres – mães dos estudantes acolhidos pela Instituição -, mas as próprias

crianças, que acabam sendo testemunhas oculares desse tipo de agressão e violência.

Por esse motivo, o evento realizado na noite de 17 de agosto representou uma oportunidade singular e um esforço significativo para que a instituição educacional pudesse educar a comunidade acerca da violência que envolve as famílias. Nas palestras e falas realizadas, discutiu-se:

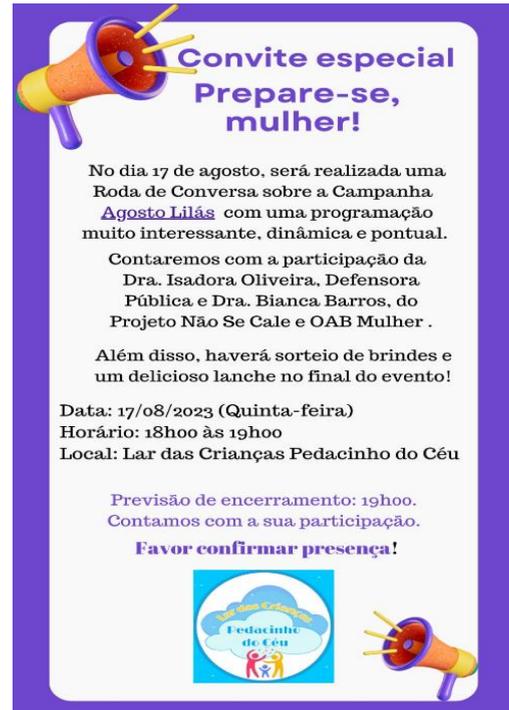
*i) **Prevenção à violência doméstica:*** As palestrantes compartilharam informações sobre os sinais de identificação da violência em âmbito doméstico, locais de busca de apoio e auxílio e orientações sobre como contribuir com outras pessoas que estiverem em situação de violência.

*ii) **Proteção de crianças e adolescentes:*** Nesse tópico, discutiu-se a necessidade de se proteger as crianças e de deixá-las a salvo de qualquer presença ou forma de violência, de forma a manter um ambiente seguro, acolhedor e protegido. Assim, discutiu-se também assuntos que envolvem o Estatuto da Criança e do Adolescente e de instrumentos e mecanismos de proteção, como Conselhos Tutelares.

*iii) **Temáticas de Direito de Família:*** No evento, discutiu-se também temas que envolvem as famílias, como pensão alimentícia, divórcio, guarda de filhos e medidas protetivas para garantir a segurança dos membros familiares.

Esse momento foi de crucial importância porque possibilitou falas de membros da comunidade escolar que a própria instituição sabia, mas que não era levado diretamente para dentro da finalidade social que a organização exerce. Com isso, viabilizou-se um diálogo e a Pedacinho do Céu passou a representar mais um ponto de apoio para vítimas de violência ou para pessoas que, sob condição de vulnerabilidade social, não conseguem lidar diretamente com esses assuntos ou não sabem como agir nesse contexto.

Desse modo, o contato contribuiu para fortalecer os laços em toda a comunidade escolar, destacando o papel que o Terceiro Setor exerce na sociedade, impactando diversas vidas em Minas Gerais. Assim, essa troca de experiências valorizou a instituição, à medida em que passou a representar um ponto de apoio às possíveis vítimas.



**Convite especial
Prepare-se,
mulher!**

No dia 17 de agosto, será realizada uma Roda de Conversa sobre a Campanha **Agosto Lilás** com uma programação muito interessante, dinâmica e pontual. Contaremos com a participação da Dra. Isadora Oliveira, Defensora Pública e Dra. Bianca Barros, do Projeto Não Se Cale e OAB Mulher .

Além disso, haverá sorteio de brindes e um delicioso lanche no final do evento!

Data: 17/08/2023 (Quinta-feira)
Horário: 18h00 às 19h00
Local: Lar das Crianças Pedacinho do Céu

Previsão de encerramento: 19h00.
Contamos com a sua participação.
Favor confirmar presença!





Evento institucional



O evento contou também com um café especial e com sorteio de prêmios, angariados pelas parcerias buscadas, a fim de motivar e tornar o evento mais atrativo e menos monótono. Com essa descontração, foi possível uma maior adesão dos participantes, os quais realizaram

perguntas e demonstraram confiança no espaço, enxergando na instituição Pedacinho do Céu um local de acolhimento. Com isso, instigou-se o fortalecimento de uma rede de apoio que englobe família, escola e sociedade, destacando a relevância também do voluntariado para a manutenção das atividades exercidas pela instituição. De forma indireta, com o reconhecimento dos pais, cria-se um vínculo ainda mais coeso para que o ambiente também seja mais acolhedor para as crianças que estudam na instituição.

ii) Visibilidade institucional, por meio das redes sociais

A fim de viabilizar a visibilidade institucional, o grupo buscou parcerias com profissionais da fotografia para registrar momentos especiais e impactar a sociedade sobre o trabalho sério que a instituição realiza. Por esse motivo, foi feita uma parceria e convidada uma fotógrafa profissional para mapear os locais que valem uma foto interessante, a fim de valorizar visualmente a Pedacinho do Céu.

O local é um espaço cheio de memórias, histórias e aprendizado, que desempenha uma importante função na cidade de Campo Belo: acolher crianças em situação de vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, educar com qualidade. Comporta por parceiros voluntários, a instituição oferece atividades extracurriculares imprescindíveis ao desenvolvimento das crianças e fundamentais à manutenção do emprego das famílias que fazem parte. Por isso, a fotografia passa a representar uma aliada importante na forma significativa de relatar essas passagens, ressaltando o papel da instituição, dos educadores e dos voluntários que, de forma carinhosa, contribuem com a valorização da organização.



Outras imagens, capturadas pela fotógrafa, estão disponíveis no *QRCode* abaixo:



Por meio das imagens capturadas, o intuito é ampliar a visibilidade da instituição Pedacinho do Céu, destacando e humanizando o processo educacional realizado. Dessa forma, o intuito dessa parceria com a fotógrafa profissional foi reconhecer o papel que o terceiro setor exerce na sociedade e a diferença que a organização faz na vida de inúmeras pessoas. Utilizando as imagens é possível inspirar e mostrar à sociedade que as pessoas atendidas são pessoas reais, com histórias e vivências muito particulares e vulneráveis.

Além disso, do ponto de vista histórico, o registro dessas imagens contribui para a manutenção do registro de atuação institucional. Com isso, as fotos servem de memória para identificar a atuação ao longo dos anos de existência da Pedacinho do Céu, motivando e inspirando outros voluntários a atuarem para a perpetuação do legado deixado.

iii) Arrecadação de materiais

Foi realizado também um evento para arrecadação de livros didáticos, conforme solicitado pela instituição. Por ser promotora educacional, a paixão pelo hábito da leitura é uma característica essencial da Pedacinho do Céu, auxiliando no desenvolvimento das crianças e contribuindo para que sejam futuras e assíduas leitoras. Desse modo, a campanha mobilizou os mestrandos, os voluntários da organização e outras instituições parceiras para angariar livros didáticos infantis a fim de compor e agregar à biblioteca da instituição.

Na instituição, a leitura é valorizada e representa fonte de crescimento e pilar da educação promovida, a qual estimula a imaginação das crianças e, por esse motivo precisa ser valorizada. Como a instituição dispõe de um acervo muito pequeno de obras, a campanha foi importante por representar um momento de união e de desenvolvimento da empatia e de amor pela aprendizagem.

A campanha de arrecadação começou com a criação do post de divulgação das redes sociais da instituição e dos funcionários, além de divulgação nas redes sociais dos mestrandos e parceiros. A criação do post foi seguida da criação do logotipo e de uma paleta de cores para a instituição, que se deu mediante a escolha da equipe diretiva da Pedacinho do Céu, a fim de

delimitar a identidade visual. Após essa definição, foram criados os primeiros posts da campanha de arrecadação de livros infantis, com informações referentes à ação, à data e aos pontos de coleta, assim como os parceiros e detalhes adicionais da campanha. Cabe frisar que a ação obteve tom infantil, a fim de manter a essência da função primária da organização e conferir ludicidade à coleta.



Após uma intensa divulgação em diversas redes sociais, foi possível também por meio de parceiras perceber a generosidade na doação, em que diversos participantes da própria comunidade se solidarizaram para fazer a ação. Com isso, os livros doados representam oportunidades para que as crianças possam ampliar a bagagem de leitura, além de expandirem o vocabulário e as habilidades de leitura que envolvem os estudantes e os transportam a diversos mundos. Essa experiência é um passo vital na continuidade da instituição por fomentar de forma precisa a vivência educacional desse grupo.

A entrega dos livros arrecadados foi realizada em um momento de socialização e contou com a participação das crianças, dos funcionários e de alguns parceiros. Foi um espaço emocionante de contato entre a comunidade escolar que favoreceu a solidariedade e os laços de fortalecimento dentro da cidade, de forma que foi um passo marcante para a manutenção da

Pedacinho do Céu e para os estudantes que ali são atendidos.



O vídeo das crianças com os livros entregues pode ser conferido abaixo:



Como legado da atuação no Lar das Crianças Pedacinho do Céu, os mestrandos que compõem a equipe do projeto fizeram parcerias com profissionais da Mídia e Tecnologia para impulsionarem as redes sociais da instituição. Para isso, dentro de um quadro cronológico, as postagens contarão a história da organização e o trabalho desenvolvido na cidade de Campo Belo. Essa é outra forma de ampliar a notoriedade do centro educacional nas redes sociais para que, aos poucos, a organização possa angariar outros recursos e parcerias institucionais. Com a visibilidade e postagens mais profissionais, o trabalho realizado ganhar digitalmente um ar de notoriedade e relevância. O trabalho será desenvolvido por uma profissional em breve.

O processo de avaliação e monitoramento das atividades foi realizado por uma equipe específica, composta pela equipe atuante no projeto e por duas representantes da instituição. Em diversos momentos, em grupos de reunião, foram discutidos assuntos referentes ao cumprimento de metas e dos objetivos, além de verificar se estava tendo repercussão entre os pais e familiares dos discentes e a visão da própria comunidade. De igual modo, o Comitê também será o responsável pela avaliação do nível de abrangência do plano de intervenção e das parcerias e ações realizadas, além de avaliar a necessidade de novas demandas, suportes e assessorias e de criar palestras, atendimentos e suportes escolares.

O processo de educação em direitos humanos requer análise e processo contínuos, incluindo necessariamente a participação da comunidade escolar, para que não se torne impositivo e abstrato, o que impõe a necessidade de se capacitar os alunos e funcionários e que estes venham a desenvolver com o restante da comunidade escolar, gerando, assim, um ciclo. Por isso, como foi feito, o processo avaliativo ocorreu mensalmente, por meio de diálogos e reuniões com as representantes.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar para os direitos humanos, na atualidade, não significa apenas apreender os conhecimentos historicamente construídos acerca da condição humana, em seus diferentes níveis. Significa afirmar valores, atitudes e práticas que evidenciem a cultura do que é ser humano na sociedade e, por meio de uma consciência cidadã, ser capaz de compartilhar essa noção de transformação e de justiça social.

Sob tal perspectiva, por meio da ampliação da visibilidade da instituição educacional sem fins lucrativos “Pedacinho do Céu”, tal segmento conseguiu obter novas parcerias e um número maior de voluntários para atingir a finalidade principal, que é a proteção infantil e a assistência educacional. Para isso, requer-se constantemente um processo participativo e sensível, com a utilização de diversos materiais e formas de abordagem, a fim de que a comunidade possa gerar ou ainda ser instrumento em prol da promoção, da proteção e da efetiva defesa dos direitos humanos, minimizando a banalização desses direitos e reduzindo o partidarismo elencado na acepção do termo.

10. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Antônio C. Carneiro. **Terceiro Setor: História e Gestão de Organizações.**

São Paulo. Summus. 2006

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República-Ministério da Educação-Ministério da Justiça, 2007

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O mercado dos bens simbólicos.** In: MICELI, Sérgio. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974. Pp. 99-181

CANDAU, V.M. **Educação em Direitos Humanos: políticas curriculares.** In: Lopes, Alice C. e Macedo, Elizabeth. (orgs.). Políticas de Currículo em múltiplos contextos. São Paulo. Cortez. 2006

CLAUDE, Richard P. e ANDREPOULOS, George (Orgs.) **Educação em direitos humanos para o século XXI.** São Paulo: Edusp/NEV/USP, 2007.

DECLARAÇÃO mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, 1990. Disponível em < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em 17/11/2022

DECLARAÇÃO universal dos direitos humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos: Princípios e práticas.** 5ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*, 2007, ps. 366-367.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do Terceiro Setor: o desafio de administrarem receita.** São Paulo: Makron Books, 1999.

LIMA, José E.S., MURARO, Piero: **Terceiro Setor, Qualidade Ética e Riqueza das Organizações.** Revista FAE, Curitiba. Vol. 6, nº 1 Jan/abr 2002 – p. 87-88.

LOPES, José Rogério. **Terceiro Setor: a organização das políticas sociais e na nova esfera pública.** São Paulo em Perspectiva, vol. 18 nº3. SP, 2004

MONTE SILVA, S.M. ZENAIDE, M.N.T. **Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica.** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Sem ano. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/mundo/nazare_plano_acao_ed_basica_local.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

MORIN, E. **Educação e complexidade: os setes saberes e outros ensaios.** São Paulo. Cortez. 2005



FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS -FDSM
PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, P. A. P. **Estado, regulação social e controle democrático.** In: BRAVO, M. I. S.2005

PEREIRA, P. A.P. *Política Social e Democracia.* 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

PIOVESAN, F. **Concepção contemporânea de Direitos Humanos.** In: A educação entre os direitos humanos. Campinas. São Paulo: Ação Educativa, 2006

RAICHELIS, R. **Assistência social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 56, p. 77-96, 1998.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; NADER, Alexandre Antônio Gili e DIAS, Adelaide Alves. **Subsídios para a elaboração das diretrizes gerais da educação em direitos humanos – versão preliminar.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.